ÍNDICE

NOTA PRÉVIA 7
ABREVIATURAS 9

INTRODUÇÃO
DIREITO ADMINISTRATIVO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

I. DIREITO ADMINISTRATIVO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA 13

II. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E BOA ADMINISTRAÇÃO: DIFICULDADES E DESAFIOS 33
1. Princípio da legalidade e controlo principialista da atividade administrativa 33
2. Princípio da legalidade e boa administração 47
1. Conceito tradicional de boa administração 47
2. Conceito de boa administração no âmbito do Direito da União Europeia 49
3. Apreciação crítica 52
4. Por um novo conceito de boa administração 62
4.1. Contra um conceito estritamente jurídico de boa administração 62
4.2. Por um conceito amplo de boa administração, integrado por componentes jurídicos e não jurídicos 66
4.3. Eficiência e legalidade da atuação administrativa 71

I. REGULAMENTOS

1. Conceito de regulamento – regulamento e ato administrativo 79
2. Fundamento do poder regulamentar: lei e regulamento 86
3. Titularidade do poder regulamentar 96
4. Forma e publicidade dos regulamentos 97
5. Classificação dos regulamentos: regulamentos de execução e regulamentos independentes 98

II. ATO ADMINISTRATIVO

I. ÂMBITO DO CONCEITO E CATEGORIAS DE ATOS ADMINISTRATIVOS 109
1. Enquadramento 109
2. A questão à face do regime do Código do Procedimento Administrativo 113
2.1. O ato administrativo como ato de conteúdo decisório 115
2.2. O problema da eficácia externa do ato administrativo 122
3. Ato administrativo e atos instrumentais 131
4. Tipologia de efeitos dos atos administrativos 135
5. Em particular, os atos administrativos tácitos 152
6. Ato administrativo e meras declarações da Administração Pública 155

II. FORÇA JURÍDICA E EXECUÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO 167
1. Força jurídica do ato administrativo 167
1.1. A obrigatoriedade do ato administrativo 167
1.2. O problema da *presunção de legalidade* do ato administrativo 173
2. Execução do ato administrativo 186

III. INVALIDADE E ILICITUDE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 191
1. Existência, validade e eficácia dos atos administrativos 191
2. Invalidades dos atos administrativos 200
2.1. Sujeito do ato administrativo: usurpação de poderes, incompetência e faltas de legitimação do sujeito 202
2.2. Procedimento administrativo: vícios de procedimento e meras irregularidades não invalidantes 206
2.3. Forma: vícios de forma 210
2.4. Objeto do ato administrativo: a "violação de lei" por vício quanto ao objeto 212
2.5. Pressupostos do ato administrativo: vícios quanto aos pressupostos 214

2.6. Conteúdo: a chamada "violação de lei" em matéria vinculada e os vícios do exercício de poderes discricionários 218
3. O problema da ilicitude dos atos administrativos ilegais 224

IV. ESTABILIDADE E REVOGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 237
1. Regime geral da revogabilidade dos atos administrativos 237
2. Em particular, o problema da admissibilidade geral da introdução de cláusulas acessórias de reserva de revogação no conteúdo dos atos administrativos favoráveis para os seus destinatários 250

III. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

I. ÂMBITO DA FIGURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 265
1. Contratos públicos e contratos administrativos 265
2. Âmbito da figura do contrato administrativo 266

II. REGIME DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 285
1. O regime do Título I da Parte III do CCP: caraterização geral e âmbito de aplicação 285
2. Em particular, o regime da modificação dos contratos administrativos 296
2.1. Tipos de situações contempladas 296
2.1.1. O poder de modificação unilateral 297
2.1.2. As situações de *facto do príncipe* imputáveis ao contraente público 300
2.1.3. A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias 304
2.2. Regime aplicável 307
2.2.1. Enquadramento: modificação e resolução do contrato 307
2.2.2. *Facto do príncipe* e alteração de circunstâncias 311
2.2.3. Modificação unilateral do contrato 314
2.2.4. O caso particular do regime aplicável aos contratos substitutivos de actos administrativos 317